

RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.455 - SP (2014/0058324-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : NATÁLIA TARDIVO SCANDELA
ADVOGADO : JULIANO AUGUSTO DE SOUZA NOGUEIRA E OUTRO(S) - PR041538
RECORRIDO : CLEVERSON CARNIATTO FERRARI
ADVOGADO : HENRIQUE BASTOS MARQUEZI E OUTRO(S) - SP097087
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : CARLOS ADALBERTO ALVES E OUTRO(S) - SP137503
DANIEL DA SILVA CADURIN - SP219515
INTERES. : TARRAF ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/C LTDA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 281):

EMENTA: ACIDENTE DE VEÍCULO – INDENIZATÓRIA – DENUNCIAÇÃO À LIDE – IMPROCEDÊNCIA – SINISTRO OCORRIDO FORA DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO FACULTATIVO DO VEÍCULO – DEVER DE INDENIZAR DA SEGURADORA NÃO CONFIGURADO.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – RESTRIÇÃO DOS EMBARGOS INFRINGENTES A MATÉRIA OBJETO DE DIVERGÊNCIA – PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CORRETORA LITISDENUNCIADA – DESCABIMENTO - NÃO CONHECIMENTO. O âmbito de devolutividade dos embargos infringentes é restrito à matéria objeto de divergência (CPC, art. 530).

O recurso especial (e-STJ fls. 342/375), fundamentado no art. 105, III, alínea “c”, da CF, aponta ofensa ao art. 758 do CC/2002. Sustenta que, antes do sinistro, as partes haviam iniciado as tratativas para renovação do seguro e que “a demora na emissão da apólice é providência formal, a cargo da própria seguradora” (e-STJ fl. 387).

Alega dissídio jurisprudencial com o REsp n. 595.089/MG, Relator Min. Vasco Della Guistina – Desembargador convocado do TJRS –, Terceira Turma, DJe 17/3/2010, sob o argumento de que a natureza consensual do contrato de seguro implicaria a existência da relação contratual a partir das tratativas anteriores ao sinistro.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 426).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

Trata-se, na origem, de ação de indenização por acidente de trânsito, com lide secundária de denúncia da lide à seguradora.

Inicialmente, sobre a natureza do contrato de seguro, a jurisprudência desta

Corte Superior sedimentou entendimento no sentido de que o contrato de seguro está aperfeiçoado com a assinatura da proposta e com o pagamento da primeira parcela do prêmio, ainda que anterior à emissão da apólice.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. ASSINATURA DE PROPOSTA E PAGAMENTO DE PRIMEIRA PARCELA. RELAÇÃO CONTRATUAL CONFIGURADA.

1. O contrato de seguro se aperfeiçoa quando o consumidor assina e entrega a proposta bem como paga a primeira parcela do prêmio, sendo desnecessária a prévia emissão da apólice, pois pressupõe-se ter havido a aceitação da seguradora quanto à contratação, não lhe sendo mais possível exercer a faculdade de recusar a proposta (AgInt no REsp 1485876/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 28/06/2016).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.101.538/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017 – grifei.)

CONSUMIDOR. CONTRATO. SEGURO. APÓLICE NÃO EMITIDA. ACEITAÇÃO DO SEGURO. RESPONSABILIDADE. SEGURADORA E CORRETORES. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE.

1. A melhor exegese dos arts. 14 e 18 do CDC indica que todos aqueles que participam da introdução do produto ou serviço no mercado devem responder solidariamente por eventual defeito ou vício, isto é, imputa-se a toda a cadeia de fornecimento a responsabilidade pela garantia de qualidade e adequação.

2. O art. 34 do CDC materializa a teoria da aparência, fazendo com que os deveres de boa-fé, cooperação, transparência e informação alcancem todos os fornecedores, diretos ou indiretos, principais ou auxiliares, enfim todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento.

3. No sistema do CDC fica a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários que irão integrar o polo passivo da ação.

Poderá exercer sua pretensão contra todos ou apenas contra alguns desses fornecedores, conforme sua comodidade e/ou conveniência.

4. O art. 126 do DL nº 73/66 não afasta a responsabilidade solidária entre corretoras e seguradoras; ao contrário, confirma-a, fixando o direito de regresso destas por danos causados por aquelas.

5. Tendo o consumidor realizado a vistoria prévia, assinado proposta e pago a primeira parcela do prêmio, pressupõe-se ter havido a aceitação da seguradora quanto à contratação do seguro, não lhe sendo mais possível exercer a faculdade de recusar a proposta.

6. Recurso especial não provido.

(REsp 1.077.911/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/10/2011, DJe 14/10/2011 – grifei.)

Ocorre que o Tribunal de origem, analisando os aspectos fáticos que envolveram a contratação, concluiu que as tratativas anteriores ao sinistro se referiam ao seguro provisório com vigência reduzida e cujo termo final ocorreu meses antes do sinistro (ocorrido em 2/7/2008). A propósito, o seguinte excerto (e-STJ fls. 338/339):

Data venia do entendimento explanado pelo E. Des. Manoel Justino Bezerra Filho, merece prevalecer a decisão proferida pela douta maioria.

Segundo se infere do documento acostado às fls. 70, verifica-se que, de fato, em meados do mês de março de 2008, as partes estavam em tratativas para a contratação de seguro provisório para o veículo envolvido no sinistro.

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que, conforme se depreende dos documentos acostados às fls. 152/154, a vigência da referida apólice securitária era de 04/03/2008 a 15/04/2008.

Frise-se, ainda, que o comprovante de pagamento do prêmio acostado às fls. 155, bem como às fls. 209, refere-se à apólice supramencionada (v. fls. 154).

Ressalte-se que somente no final do mês de agosto é que houve a contratação de novo seguro, conforme apólice securitária juntada às fls. 73/76 e 135/136, de modo que o sinistro ocorreu fora do período de vigência do seguro.

Portanto, seja pela ausência de vínculo contratual entre a embargante e a seguradora, seja pelo término da vigência, do contrato à época da ocorrência do sinistro, carece o pedido de fundamentação legal para sua procedência.

Como bem destacado no v. acórdão recorrido, "de se concluir que não havia contrato de seguro vigente à época, não havendo dever de indenizar da seguradora" (fls. 286).

A recorrente alega que as tratativas entre as partes evidenciariam o aperfeiçoamento do contrato de seguro antes da vigência da apólice. Analisar esse aspecto demandaria reexame fático-probatório inviável no recurso especial, que possui finalidade de interpretação das normas federais.

Seria imprescindível examinar o conteúdo dos *e-mails*, os documentos de pagamento do prêmio, a própria apólice e demais elementos que comprovariam a efetiva negociação pré-contratual, anterior ao sinistro, o que não se permite no recurso especial segundo a Súmula n. 7/STJ, em relação tanto ao dissídio quanto à alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator